

Estilista com deficiência e território: um diálogo em construção

Disability and territory: a fashion designer under construction

Iranildo da Silva Oliveira
Universidade do Estado do Pará (UEPA)
Belém-Pará

Resumo

No contexto do protagonismo da pessoa com deficiência de territórios do campo, este artigo apresenta a trajetória e o protagonismo de uma jovem com deficiência física que reside no campo e tem por mote sua arte de desenhar e criar modelos ou projetos da área da moda. Orienta-se por uma abordagem qualitativa com análise que cruza dados e autores especializados na área. Conclui-se que há discreto protagonismo de pessoas com deficiência, no entanto, como estilista de território do campo, há apenas a apresentada neste artigo; e, a falta de estrutura e oportunidade nos municípios de pequeno porte e comunidades do campo inviabilizam o acesso e permanência na educação e educação profissional.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência; Protagonismo; Acesso e permanência.

Abstract

In the context of the protagonism of people with disabilities in rural territories, this article presents the trajectory and protagonism of a young woman with a physical disability who lives in the countryside and whose motive is her art of designing and creating models or projects in the fashion area. It is guided by a qualitative approach with analysis that crosses data and authors specialized in the area. It is concluded that there is a discreet role for people with disabilities, however, as a stylist in rural areas there is only one presented in this article and the lack of structure and opportunities in small municipalities and rural communities make access and permanence in education unfeasible and education professional.

Key words: Person with disability; Protagonism; Access and permanence.

Introdução

Os debates sobre pessoas com deficiências são complexos, pois atravessam outras discussões, como gênero e território. Assim, este trabalho apresenta a realidade de uma jovem com deficiência, residente do campo, que anseia por profissionalização na área de moda e adiciona à discussão a interseccionalidade das condições opressoras que se atravessam no cotidiano e nas vidas de pessoas que são vistas com olhar marginal por (pseudo) superior.

O foco deste trabalho é destacar o protagonismo da jovem do campo com deficiência, e não enfatizar a discussão de corpos ou julgar a construção dos croquis e projetos da participante deste trabalho. Desta forma, busca-se destacar a superação da participante em não se conformar com a sua condição, e registrar potencialidades desta.

Assim, esta proposta apresenta a trajetória e o protagonismo de uma jovem com deficiência física que reside no campo e tem por mote sua arte de desenhar e criar modelos ou projetos da área da moda, e sua apresentação pública no I Fórum de Educação Especial do Campo ocorrido em Belém-Pará no ano de 2019. A proposta é uma abordagem qualitativa e, para fins de análise, o cruzamento dos dados foi realizado com os autores especializados na discussão.

O conceito ou concepção da palavra protagonismo, localizado no portal Significados, é descrito como um termo utilizado no teatro, filmes e novelas para se reportar ao ator/artista principal. Para Mendes (2023), é comum aconselhar que assumamos as rédeas de nossa vida, no entanto, não é ensinado como fazer isso. Certamente, é um assunto que paira nos discursos de “*coaching*”, mas também é apresentado nos vieses neoliberais, em que a responsabilidade de ascender educacional e profissionalmente é transferida para a pessoa ou estudante e, a partir deste entendimento, as pessoas com deficiência residentes do campo ficam à margem da formação e profissionalização.

De acordo com Nogueira (2001, p. 80), um sistema de competência profissional é integrado por três subsistemas: a) normalização das competências; b) formação por competências; e c) avaliação e certificação de competências. Esta proposição visa evidenciar as competências requisitadas pelos empregos, com possível definição do perfil profissional. Esta vertente é apresentada na Pedagogia das Competências que, segundo Holanda, Freres e Gonçalves (2009, p. 124), é “[...] um termo surgido no contexto da crise estrutural desse

sistema, em decorrência de formação de um “novo” trabalhador que precisava adequar-se às exigências da produção, substituindo, por esse motivo, o termo qualificação”.

Após a crise do capital e do sistema de produção, o trabalhador idealizado é o multiquificado, polivalente e que dispusesse de inteligência emocional. As competências vêm sob a ótica de preparação para o trabalho (Holanda, Freres, Gonçalves; 2009, p. 125). Compreende-se que o diálogo é incipiente e necessário, a fim de descortinar realidades não computadas nos construtos políticos ou índices estatísticos.

Mediante a isso, o artigo está organizado da seguinte maneira: uma breve introdução, tendo em vista situar a proposta em discussão. Na sequência, o levantamento de produções que contemplam o protagonismo da pessoa com deficiência e estilistas com deficiência. Continua-se esta escrita com a reflexão sobre a condição escolar dos estudantes de territórios do campo matriculados na EJA; outrossim, apresenta-se a jovem estilista com deficiência do campo e se faz o necessário para materializá-la nesta construção e trajetória; a continuação, segue-se para a primeira exposição como estilista e protagonista deste espaço. Por fim, as considerações finais e algumas reflexões/ponderações.

Produções e diálogos sobre o protagonismo da pessoa com deficiência e estilista com deficiência

Em vista de ampliar o diálogo sobre “estilista com deficiência” ou “moda inclusiva” e o território do campo, produções sobre o tema foram buscadas no Google Acadêmico, o qual recupera produções distintas, registradas em meio digital. Nas buscas, utilizaram-se os descritores: 1) estilista com deficiência; 2) moda inclusiva; 3) estilista negra com deficiência; 4) estilista quilombola com deficiência; 5) estilista indígena com deficiência. As duplicidades foram eliminadas e as produções foram organizadas no Quadro 1. Ressalta-se que este levantamento não possui limitação temporal.

As produções identificadas que contemplam o protagonismo da pessoa com deficiência foram poucas e, quando adicionado o território, não se obtiveram resultados. Dentre os resultados, produções que versam sobre a moda para pessoas com deficiência em múltiplos contextos foram identificadas, porém, optou-se por não adicioná-las. Todas as produções elencadas possuem autoria de mulheres e, além disso, verifica-se que não há qualquer produção que se relacione com o campo, com as pessoas residentes em

comunidades indígenas, quilombolas, assentamentos, pequenas propriedades rurais, dentre outros.

Quadro 1: Produções identificadas

Nº	Tipo de Produção	Título	Autores	Ano
1	Artigo	O ensino de Moda e a Inclusão de deficientes visuais	Cristiani Maximiliano Simone Batista Tomasulo	2013
2	Trabalho de Conclusão de Curso	A moda inclusiva em canais do youtube para pessoas com deficiência sensorial	Paula Bica Flores	2019
3	Dissertação	Moda Inclusiva: uma análise semiótica da representação da pessoa com deficiência no mercado de moda	Maíra Ferreira de Araújo Franco	2020
4	Artigo	Pessoas com deficiência, roupa e autoestima: Quando a (falta de) representatividade toca os afetos.	Vanessa dos Santos da Conceição Maria Salete de Souza Nery	2023

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Maximiliano e Tomasulo (2013) descrevem que a roupa não é apenas visual, mas pode trazer experiências sensoriais com estímulo de outros sentidos. Também há a preocupação com a ergonomia e há que se considerar no momento de o profissional produzir e criar. Os autores apontam ainda que a moda é a maneira como as pessoas se apresentam aos outros em relação ao vestir, pentear, comportar, formando uma identidade para cada indivíduo para além da roupa.

Destacam ainda que “[...] pode-se dizer que a roupa estabelece identidades coletivas de um povo, a exemplo das tribos indígenas que adornam com pinturas corporais” (Maximiliano; Tomasulo, 2013, p. 4). Os autores apontam elementos relevantes para a formação profissional:

Torna-se importante também, que durante um curso de moda, o aluno desenvolva: habilidades manuais, aumento na imaginação e originalidade em explorar técnicas, conhecimento perante os materiais utilizados na área têxtil, concepção de imagens e cores, como também consiga transmitir suas experiências pessoais para os

produtos desenvolvidos, criando assim, uma identidade para suas criações (Maximiliano; Tomasulo, 2013, p. 10).

A formação em Moda é escassa para profissionais de moda com deficiência, mesmo em nível técnico ou superior. Flores (2019) destaca o Concurso de Moda Inclusiva como um projeto de extensão do curso de Design de Moda da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), o Prêmio Brasil Sul de Moda Inclusiva, mas não há destaques ou incentivos para estilistas com deficiência, menos ainda, atrelados ao território do campo.

Flores (2019) aponta ainda que há pouca comunicação acessível sobre a moda e moda inclusiva. A autora chama a atenção para canais no YouTube que apresentam a temática e, novamente, não há destaque de apresentadores com deficiência, mas há assuntos que podem interessar o público com deficiência.

Franco (2020) aborda a moda inclusiva, discute capacitismo e apresenta profissionais da moda com deficiência. Sobre o capacitismo, Marchesan e Carpenedo (2021, p. 45) ressaltam ser uma “[...] expressão que designa o preconceito, que surge a partir do fato de que no senso comum pressupõe-se que o sujeito com deficiência possui todas as suas capacidades limitadas ou reduzidas, constituindo-se em uma pessoa automaticamente “menos capaz””. E, ainda, “capacitismo é reescriturado por “opressor”, “preconceituoso” e “que categoriza determinadas formas de deficiências”” (Marchesan; Carpenedo, p. 51, 2021). Em seu texto, as autoras esclarecem a metodologia utilizada para chegar a estas palavras e suas análises.

Conceição e Nery (2022) investigaram a representatividade e suas reverberações na autoimagem de pessoas e, em consequência, na autoestima destas e nos modos como essas pessoas se apresentam e se abrem para o mundo. A discussão surgiu a partir do projeto #pcdsnacapa, o qual contemplou a falta de representatividade das pessoas com deficiência e moda.

As autoras destacaram capas de revista de moda em que as pessoas com deficiência foram protagonistas e citam Giddens para destacar a familiaridade provocada pela mídia a partir das experiências visuais, e “[...] os meios de comunicação não espelham realidades, mas em parte as formam” (Giddens, 2002, p. 32). Compreende-se que pode vir a gerar expectativas e frustrações.

Estilista com deficiência e território: um diálogo em construção

As autoras discutem e questionam a lógica ocidental de beleza, a qual não pode ser justificada pelo crivo biológico, religião ou gênero. Entretanto, há uma noção relativa de belo, que é objeto de quem tenta definir um padrão.

Em suas considerações finais, as autoras destacam que:

Com base nas informações acessadas, a pessoa com deficiência encontrará na representação positiva um instrumento para olhar para a sua própria existência com uma outra perspectiva diferente daquela que se apresenta atualmente. Dessa forma, ao se basear em uma outra perspectiva possível, também poderá realizar seu desejo de imagem. (Conceição; Nery, 2022, p. 130)

Nas produções elencadas, perpassa a condição e a construção identitária da pessoa com deficiência, que pouco se vê representada nos espaços escolar e não-escolar, físicos ou virtuais, nos cargos ou profissão que se almeja, na sociedade que se idealiza. Oliveira (2020, p. 113) problematiza “[...] que a legislação por si só não é base suficiente para a formação de identidade, pois esta é construída a partir da relação com o outro e marcadamente no espaço em que vivemos”.

A partir das reflexões de Fernandes e Denari (2017) sobre a identidade que se constrói com o outro, questionamo-nos sobre quem é este outro para a pessoa com deficiência. Oliveira (2020) reforça que a interação social no espaço escolar é limitada para a pessoa com deficiência, desta forma, “[...] volta-se novamente à questão da construção da identidade, que está no reconhecimento do outro ao julgar que você é “igual” e colocá-lo em pé de igualdade é lhe dar *status*” (Oliveira, 2020, p. 103).

Após esta breve reflexão das produções elencadas, verifica-se que não é simples e fácil materializar o discurso do “seja o que quiser”, nem tampouco, “viva o seu sonho”. Esta constatação, portanto, leva-nos à seguinte indagação: Quais instituições de formação profissional estão firmadas em território do campo ou pequenas cidades em que as pessoas com deficiência de territórios do campo possam ter acesso e permanência? Obviamente há um diálogo transversal, o mercado e sua relação com o capital, mas não é foco deste artigo.

A partir do diálogo estabelecido, questiona-se a promoção e a consolidação de uma identidade social e profissional às pessoas com deficiência de territórios do campo com potente visibilização.

A Educação e a formação para o trabalho

Apesar de a legislação prever a educação profissional, esta não atende às necessidades desta jovem em sua condição atual de escolarização, por não prever estes conhecimentos em nível da EJA - 1ª etapa, e por estar inserida em uma escola do campo. Para Oliveira (2020, p. 102), a escola só vai fazer seu papel humanizador se perceber que está inscrita no campo da diversidade.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei n. 9394/1996), em seu artigo primeiro, “[...] a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho [...]” (Brasil, 1996). E, continua que, “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”. Na sequência, o art.2º enfatiza que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A formação integral do aluno, entretanto, é preconizada somente no currículo do ensino médio, no qual o projeto de vida e sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais são contabilizadas. Além disso, o itinerário formativo que contemple formação técnica e profissional.

A construção curricular atualmente é sedimentada nas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL, 2017) que, por sua vez, é permeada pela Pedagogia das Competências. Para corroborar, Nogueira (2001) enfatiza que a pedagogia da competência passa a exigir, tanto no ensino geral, quanto no ensino profissionalizante, que as noções associadas (saber, saber-fazer, objetivos) sejam acompanhadas de uma explicitação das atividades (ou tarefas) em que elas podem se materializar e se fazer compreender. Essa explicitação revela a impossibilidade de dar uma definição a tais noções separadamente das tarefas nas quais elas se materializam.

Não está se estabelecendo o posicionamento de transformar a escola em espaço técnico profissionalizante apenas, mas há que se questionar sobre as distintas realidades do país e a real motivação dos alunos com deficiência dos territórios do campo que frequentam

a escola, e principalmente a Educação de Jovens e Adultos. Nogueira (2001, p. 245) descreve que “Profissão, profissionalização, profissionalidade, são categorias que têm seus significados afetados tanto pela instabilidade econômica quanto pelas mudanças internas à produção, que incluem formas flexíveis de gestão e a autoformação/informatização dos processos”. E a inserção profissional seria um processo aberto, pelo qual o sujeito construiria uma identidade social e profissional (Nogueira, 2001).

Para Fernandes e Oliveira (2020, p. 80), o ensino ofertado na EJA implica “[...] práticas pedagógicas concretas e atrativas de aprendizagem que possam influenciar no processo de construção do conhecimento”, compreendendo que os saberes socializados nos espaços escolares da EJA devem ser significativos para não culminar na evasão escolar. A ausência de políticas que alcançassem essa jovem com deficiência residente do campo a afastou por um tempo considerável do espaço escolar, uma vez que essa moça “[...] depende da cadeira de rodas, sem ela, só sai se for carregada nos braços, por isso que a falta da cadeira a impossibilitou de frequentar a escola” (Oliveira, 2020, p. 84).

A falta de acessibilidade na escola está entre as dificuldades enfrentadas pela participante e havendo a cadeira de rodas, não existe rampa de acesso na entrada, o que inviabiliza o ir e vir da pessoa. Segundo ela, existe “[...] dificuldade na escola só mais na entrada, quando a gente vai chegando”. Para acessar a entrada da escola, ela precisa utilizar a rampa da casa ao lado, sem isso, seria inviável só para uma pessoa que a acompanha chegar até a parte interna da escola, pois necessitaria de auxílio de algumas pessoas para subir as escadas. Destaca-se que existe a necessidade de deslocamento entre a casa da participante, na comunidade - reconhecida como rural - e a escola.

Esta jovem com deficiência física residente do campo afastou-se dos anos iniciais por dificuldades distintas de acesso e permanência na escola, dentre elas a distância entre sua residência e a escola, e principalmente a falta de cadeira de rodas. Retornando para a escola na modalidade da Educação de Jovens e Adultos – EJA, compreende a necessidade de sua formação para a concretização de seu sonho profissional, a moda.

A população residente no campo necessita de políticas públicas educacionais que possibilitem equidade, proporcionando condições mínimas de sonhar com mudanças estruturais, no sentido econômico, social, político, cultural e educacional, garantindo um futuro social e profissional para pessoas com e sem deficiência. Fernandes e Oliveira (2020,

p. 90) enfatizam que “[...] os locais menos abastados do município recebem conseqüentemente menos visibilidade do poder público, além de atender a uma clientela menos favorecida economicamente”. O poder público se distancia dos problemas sociais das periferias e comunidades do campo quando não possibilitam uma inclusão de suas necessidades nas políticas públicas locais.

Nessa direção, entende-se que “[...] as políticas públicas devem possibilitar ao cidadão viver plenamente na sociedade, e uma forma justa está na oferta de educação pública e de qualidade, com programas que tenham uma perspectiva de contribuir para a formação” conscientizadora de cada um e de todos os indivíduos (Oliveira, 2020, p. 59). Ao problematizar a condição vivenciada pela pessoa com deficiência na ilha de Belém do Pará, Fernandes (2018, p. 83) pontua que a educação do campo tem em sua singularidade a inserção “[...] da sua população em perspectivas reais que atendam suas necessidades, que valorizem sua memória, suas raízes solidificadas em sua construção histórica de lutas e conquistas”.

As instâncias públicas não dispõem de oferta que contemple os anseios e sonhos dos jovens com deficiência do campo na própria comunidade ou em localidades próximas com reais condições de acesso e permanência. Compreende-se que esta não-oferta confronta a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), que, em linhas gerais, busca promover a autonomia da pessoa com deficiência e a eliminação de barreiras.

Apresentando a estilista com deficiência do campo

A participante da pesquisa nasceu em Santa Maria do Pará, no nordeste paraense, e reside no campo dessa cidade. Teve uma infância aparentemente tranquila, frequentou a escola cedo, aos 2 anos de idade, mas apresentou problemas de estabilidade e equilíbrio, sofrendo seguidas quedas. Com o passar dos anos, o movimento das pernas foi perdido, sendo inviável continuar na escola. Aos 9 anos de idade, foi diagnosticada com neuropatia progressiva, doença que afeta o sistema nervoso.

O tratamento foi buscado fora do seu local de moradia, sendo Belém, a capital do estado do Pará, o destino para o acompanhamento médico e realização dos exames e sessões de fisioterapia a partir da Estimulação Elétrica Neuromuscular - EENM. Esse tipo de tratamento faz um elo entre o cérebro e a região lesionada.

As pessoas que nascem nas comunidades do campo iniciam o processo de escolarização na própria localidade ou em comunidades vizinhas. No caso da participante da pesquisa, não foi diferente. Iniciou a escola cedo, e foi nesse espaço que fez seus primeiros desenhos. Ela relata que “[...] na escola desenhava, ficava desenhando em casa também, aí comecei a brincar de boneca, eu gostava de fazer roupinha para as minhas bonecas, aí eu fui botar pro papel depois”. Foi por meio de uma brincadeira de criança, que o sonho de ser estilista começou.

No espaço escolar, assim como para a confecção dos croquis, necessitava do auxílio de uma pessoa que pudesse levantar sua mão para escrever e/ou desenhar. Mas há inegável potencialidade em produzir, criar, desenhar seus projetos e *croquis*.

A estilista com deficiência do campo e sua primeira exposição

Esta jovem com deficiência do campo cria e produz seus croquis, modelos e projetos a partir de suas idealizações e imaginários com iniciativa própria. Não há cursos ou formação específica em sua cidade ou região, muito menos que atenda suas especificidades. Mesmo assim, ela tem sonhos e perspectivas de se tornar estilista, e segue criando seus croquis e modelos.

A jovem estilista foi convidada a expor seus *croquis* durante o I Fórum de Educação Especial no Campo, realizado no período de 4 a 9 de junho de 2019, no amplo salão de um hotel, em Belém-Pará, e ficou disponível durante todo o período e, a partir de então, iniciou seu processo criativo em papel e mote específico. O evento de cunho científico propôs-se a dialogar com a Educação Especial (Pessoa com deficiência), os territórios do campo e seus níveis e modalidades da educação, e apresentou exposições de produtos e expressões artísticas criadas por pessoas com deficiência do campo. Contou com a participação de pesquisadores de vários estados do Brasil, professores da Educação básica e superior, gestores da educação básica, gestores municipais, gestores do estado do Pará, e representantes indígenas e quilombolas.

A exposição contou com a colaboração de alunos da capital e interior, da Universidade do Estado do Pará, para guiar os visitantes e compartilhar um pouco da trajetória da jovem estilista com deficiência e do campo. A jovem expositora esteve presente em um dos dias dada a dificuldade de transporte e suporte de apoio.

Para a organização e montagem, placas de isopor e fios de nylon foram utilizadas para deixar os croquis mais firmes para melhor visualização dos visitantes. Não houve colagem dos croquis no isopor. Utilizaram-se alfinetes “invisíveis” - são chamados assim por serem discretos e de difícil visualização - e suportaram todo o período de exposição, como pode ser percebido na imagem 1.

Imagem 1: Exposição de Croquis e Modelos



Fonte: Arquivos do evento

Ao comentar os croquis e modelos da jovem com deficiência do campo, Oliveira (2020, 105) descreve como “traços fortes e realistas”. Ainda sobre os desenhos, inicialmente ela os faz a lápis e, em seguida, faz a coloração, sempre com o auxílio de uma pessoa que possa movimentar sua mão para seguir os traços, assim como apagar se for necessário.

Para a exposição, a jovem do campo com deficiência foi convidada a apresentar seus croquis no Fórum de Educação Especial no Campo. De início, ela ficou receosa, pensava que não iria conseguir fazer novos desenhos, pois considerava que os croquis que estavam prontos não eram suficientes, mas aceitou o desafio, e conseguiu fazer os desenhos para a exposição.

Os desenhos foram entregues uma semana antes do evento e foram buscados na residência da participante, para que fossem colocados nas molduras de isopor e preparados para a exposição. Para a ida da artista até a capital do estado, houve todo um preparo, como

ela mesma comentou: “[...] foi um dia de princesa”. Foi ao salão fazer o cabelo, o vestido foi específico para o evento, a manicure foi à casa dela para fazer a unha. Ela estava entusiasmada com o evento, não para menos, foi sua primeira aparição como desenhista de croquis, futura estilista.

Contamos com uma de suas professoras da EJA para levá-la até Belém. O pai e a mãe as acompanharam. Momento de muita emoção e alegria para a família. Essa professora se dispôs a ir com ela e vivenciar esse momento, pois sempre a viu com muito potencial, incentivando-a a desenhar, com a oferta de papel e lápis apropriado para tal. Não são todos os professores que tem o olhar sensível para o aluno com deficiência. Para essa jovem, durante as aulas, os docentes deveriam “ajudar os alunos com deficiência, em que eles precisem”.

Não há intenção de discutir aqui o ensino da arte na escola, muito embora Vianna, Paiva e Gomes (2016, p. 308) ressaltem que o público da EJA, seja ele jovem, adulto ou idoso, ao ter contato com a arte, reconhece-se como “[...] sujeitos com mais possibilidades de ação e intervenção crítica e criativa na vida cotidiana, ou mesmo no espaço escolar quando, ao decidirem vivê-lo ou revivê-lo, o sentem mais desafiador”. Esses autores concluem que não é o caso de compreender “[...] a arte como “terapia”, mas como linguagem carregada de potencialidade autotransformadora que, pela diversidade de questões que contempla, aciona muitas possibilidades” (Vianna; Paiva; Gomes, 2016, p. 308).

Fernandes e Oliveira (2020, p. 85-86) enfatizam que o fato de uma pessoa, seja jovem, adulta ou idosa, “procurar a escola para dar continuidade ou começar a estudar já demonstra uma mudança de ideias sobre sua posição na sociedade ou vislumbra na educação uma oportunidade de mudança no seu quadro financeiro e social”.

Considerações Finais

O protagonismo da pessoa com deficiência é pauta em discussões acadêmicas, porém ainda é de difícil realização dada a complexidade que os entrelaça. Assim, este artigo apresentou a trajetória e o protagonismo de uma jovem com deficiência física que reside no campo e que almeja atuar como estilista, na área da moda. Concordante a Fernandes e Denari (2017, p. 86), almejamos que a pessoa com deficiência seja vista a partir de suas possibilidades e potencialidades “[...] para além de qualquer (im)possível e marginal limitação”.

Há dificuldade estrutural e ambiental que não dispõe de oportunidade e condições de acesso e permanência, incentivando o desestímulo à ascensão profissional e social. Esta situação ignora a força de vontade e determinação desta jovem com deficiência do campo, que mesmo protagonista de suas escolhas e seu modo de viver, é potencialmente levada ao esgotamento e frustração. Esta é uma estratégia capacitista e preconceituosa de oprimir e invisibilizar a pessoa com deficiência.

Compreendemos que há ainda um vasto campo de conhecimento a se pleitear e conquistar, o protagonismo da pessoa com deficiência, e registra-se para que surjam outros interessados na discussão.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9394/1996**. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1e_d1.pdf>. Acesso em: 24 set. de 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146/2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 24 set. de 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, de 20 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=data+da+vers%C3%A3o+final+da+bncc&rlz=1C1VDKB_pt-PTBR1075BR1075&oq=data+da+vers%C3%A3o+final+da+bncc&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyCQgAE EUYORiABDIICAEQABgWGB7SAQg1ODM4ajBqN6gCALACAA&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 24 set. de 2023

CARAMANO, Adauto Antonio; BONIFÁCIO, Marcos Antonio. Projetos de produtos, destinados a inclusão social. **Revista Faag**, nº3, ano 2, p.1-16, 2010. Disponível em: <https://www.revistafaag.com.br/revistas_antiga/upload/3_55-174-2-PB.pdf>. Acesso em 24 set. de 2023.

CONCEIÇÃO, Vanessa dos Santos da.; NERY, Maria Salete de Souza. Pessoas com deficiência, roupa e autoestima: Quando a (falta de) representatividade toca os afetos. **Cadernos De Gênero e Diversidade**, v. 8, n. 4, p. 108–133, 2023. DOI: <https://doi.org/10.9771/cgd.v8i4.51957>

HOLANDA, Francisca Helena de Oliveira; FRERES, Helena; GONÇALVES, Laurinete Paiva. A Pedagogia das competências e a formação de professores: breves considerações críticas. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, ano 1, n. 1, p.122-135, 2009.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

MARCHESAN, Andressa; CARPENEDO, Rejane Fiepke. Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência. **Revista Trama**, v. 17, n. 40, p. 45-55, 2021. Disponível em: <<https://saber.unioeste.br/index.php/trama/article/view/26199>>. Acesso em 24 set. de 2023.

MAXIMILIANO, Cristiani; TOMASULO, Simone Batista. O ensino de Moda e a Inclusão de deficientes visuais. **E-Tech: Tecnologias para Competitividade Industrial**, Florianópolis, v.7, n.2, p. 135-164, 2013. Disponível em: <https://etech.emnuvens.com.br/revista-cientifica/article/view/376/319>. Acesso em: 24 set. de 2023

NOGUEIRA, Marise. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos Fernandes; DENARI, Fatima Elisabeth. Pessoa com Deficiência: estigma e identidade. **Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.**, Salvador, v. 26, n. 50, p. 77-89, 2017.

FERNANDES, Ana Paula Cunha dos Santos. **Educação Especial nas Ilhas**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2018.

FERNANDES, Ana Paula; OLIVEIRA, Iranildo da Silva. Evasão na EJA: um desafio histórico. **Educação & Formação**, v. 5, n. 13, jan/abr, p. 79-94. 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/redufor/article/view/990/1904>. Acesso em: 24 set. de 2023.

FLORES, Paula Bica. **A moda inclusiva em canais do youtube para pessoas com deficiência sensorial**. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Federal do Pampa, 2019.

FRANCO, Maíra Ferreira de Araújo. **Moda Inclusiva: uma análise semiótica da representação da pessoa com deficiência no mercado de moda**. 107 Fls. (Mestrado em Linguística) – Universidade de Franca, 2020.

MENDES, Jerônimo. **O que é protagonismo** [Conceito e Aplicação], de 27 de setembro de 2023. Disponível em: <<https://www.jeronimomendes.com.br/o-que-e-protagonismo/>>. Acesso em 30 set. de 2023.

OLIVEIRA, Iranildo da Silva. **Memória e História de vida de alunos com deficiência na EJA**. 138 f. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Pará, Belém, PA, 2020.

SIGNIFICADOS. **Protagonismo**. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/protagonismo/>>. Acesso em 24 set. de 2023

VIANNA, Cátia Maria de Vasconcelos; PAIVA, Jane; GOMES, Márcia. Educação ao Longo da Vida em arte e cultura. In: BRASIL. **Coletânea de textos CONFITEA Brasil+6: tema central e oficinas temáticas**. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, 2016.

Sobre o autor

Iranildo da Silva Oliveira

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação. Atuante na Rede Educação Especial dos Campos e no Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Especial na Amazônia (GEPEEAm). E-mail: iranildopdgg@gmail.com e Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6435-2687>.

Recebido em: 07/11/2023

Aceito para publicação: 10/11/2023